

AÇÃO ORIGINÁRIA 2.339 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
AUTOR(A/S)(ES) : **JORGE BERG DE MENDONÇA**
ADV.(A/S) : **ADAILTON DA ROCHA TEIXEIRA**
RÉU(É)(S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

DECISÃO: Trata-se de “*ação ordinária*” **ajuizada**, inicialmente, perante órgão judiciário **de primeira** instância, por Juiz do Trabalho, **contra** a União Federal, **com o objetivo** de obter o direito “(...) *ao auxílio-moradia retroativo à sua posse ocorrida em 28 (vinte e oito) de dezembro de 2005 até a data de 14 (quatorze) de setembro de 2014, consoante os fundamentos expostos, com consequente condenação da UNIÃO (...)*” (fls. 12).

Ao apreciar a presente causa, o Juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Distrito Federal **declinou de sua competência**, em virtude do que dispõe o art. 102, I, “n”, da Constituição Federal, **determinando**, em consequência, **a remessa** dos autos a esta Suprema Corte (fls. 82/85).

O Ministério Público Federal, em manifestação da lavra da eminente Procuradora-Geral da República, Dra. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE, **opinou pela incompetência** do Supremo Tribunal Federal para julgar a presente ação (fls. 94/97), **fazendo-o em parecer** que está assim ementado (fls. 94):

“AÇÃO ORIGINÁRIA. MAGISTRADO. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE DIREITO A PAGAMENTO RETROATIVO DE AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE TODA A MAGISTRATURA. INCOMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTE.

1. Pretensão de recebimento de parcelas retroativas de auxílio-moradia por parte de magistrado não caracteriza hipótese

AO 2339 / DF

configuradora de competência originária do Supremo Tribunal Federal. Precedente (STF: AO 1.951/DF).

*– Parecer pela devolução dos autos ao juízo de origem.”
(grifei)*

Sendo esse o contexto, cumpre analisar, preliminarmente, se se revela caracterizada, na espécie, hipótese de instauração da competência originária desta Corte Suprema.

E, ao fazê-lo, ressalto que a regra inscrita no art. 102, I, “n”, da Constituição, para viabilizar o reconhecimento da competência originária do Supremo Tribunal Federal, impõe que se configure, em cada caso ocorrente, além da existência de interesse, direto ou indireto, de “(...) todos os membros da magistratura (...)”, também o caráter exclusivo do direito por eles vindicado.

É que, como se sabe, a jurisprudência desta Corte firmada em tema de aplicabilidade da regra de competência consubstanciada no art. 102, I, “n”, primeira parte, da Constituição Federal supõe, para incidir, a existência de interesse exclusivo da Magistratura, ausente, contudo, na espécie destes autos pelo fato de a matéria concernente ao auxílio-moradia mostrar-se comum, também, a outras categorias funcionais.

Desse modo, ao fixar o sentido e o alcance da regra constitucional inscrita no art. 102, I, “n”, da Carta Política, esta Suprema Corte delimitou-lhe, em sucessivos pronunciamentos, o âmbito de incidência e aplicabilidade, ressaltando que falecerá competência originária ao Supremo Tribunal Federal quando o objeto da causa não envolver direitos, interesses ou vantagens que digam respeito, unicamente, à própria Magistratura (RTJ 128/475, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – RTJ 138/3, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – RTJ 138/11, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – RTJ 144/349, Rel. Min. MOREIRA ALVES – RTJ 147/179, Red. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO – AO 662-MC/PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 955-AgR/ES, Rel. Min. ELLEN GRACIE – AO 1.635-

AO 2339 / DF

-TA/MS, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 1.651-TA/ES, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 1.688/SC, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – AO 1.775/DE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, v.g.):

“SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA (CE ART. 102, I, ‘N’) – NORMA DE DIREITO ESTRITO – MAGISTRADOS QUE PRETENDEM A PERCEPÇÃO DO ADICIONAL DE 1/3 SOBRE OS DOIS PERÍODOS ANUAIS DE FÉRIAS A QUE FAZEM JUS – VANTAGEM QUE NÃO É EXCLUSIVA DA MAGISTRATURA – AÇÃO AJUIZÁVEL EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO STF – AGRAVO IMPROVIDO.

– A *jurisprudência* do Supremo Tribunal Federal – tendo presente a interpretação dada ao preceito constante do art. 102, I, ‘n’, da Constituição (RTJ 128/475 – RTJ 138/3 – RTJ 138/11, v.g.) – firmou-se no sentido de não reconhecer a competência originária desta Corte, sempre que a controvérsia envolver vantagens, direitos ou interesses comuns à magistratura e a outras categorias funcionais.

– O direito reclamado – analisado na perspectiva do estatuto jurídico pertinente à Magistratura – não tem qualquer conotação de natureza corporativo-institucional (pois é também titularizado pelos representantes do Ministério Público e membros integrantes dos Tribunais de Contas) e não se restringe, por isso mesmo, apenas àqueles que estejam investidos no desempenho de cargos judiciários.

– Enquanto houver um único Juiz capaz de decidir a causa em primeira instância, não será lícito deslocar para o Supremo Tribunal Federal, com apoio no art. 102, I, ‘n’, da Constituição, a competência para o processo e julgamento da ação promovida pela quase totalidade dos magistrados estaduais.

– Eventual recurso de apelação a ser interposto contra a decisão do magistrado de primeiro grau – que é o órgão judiciário competente para apreciar a causa – deslocar-se-á, ‘per saltum’, para o Supremo Tribunal Federal, desde que se evidencie a ocorrência de

AO 2339 / DF

*impedimento/suspeição de mais da metade dos Desembargadores componentes do Tribunal de Justiça do Estado. **Precedentes:** AO 263/SC (Questão de Ordem), Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – AO 378/SC, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, v.g.”
(RTJ 164/840, Rel. Min. CELSO DE MELLO)*

Isso significa que, **se** os interesses, direitos **ou** vantagens constituírem situações **comuns a outras categorias funcionais – como, p. ex., tratando-se de auxílio-moradia, com os membros do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75/93, art. 227, VIII), com os membros da Defensoria Pública da União (Lei Complementar nº 80/94, art. 39, § 2º, na redação dada pela Lei Complementar nº 98/99), com os membros da Advocacia-Geral da União (Lei Complementar nº 73/93, art. 26), com os servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90, art. 60-A), descaracterizar-se-á, em função desse estado de comunhão jurídica, a própria “ratio essendi” justificadora da especial competência originária do Supremo Tribunal Federal instituída pela Constituição da República.**

Considerando, portanto, que a matéria em exame **não** revela a existência, *na espécie*, **de interesse privativo da Magistratura, não há como reconhecer** ocorrente, *no caso*, a hipótese de competência originária do Supremo Tribunal Federal **prevista** no art. 102, I, “n”, da Constituição.

É preciso ter presente, no ponto, que a competência originária do Supremo Tribunal Federal, **por qualificar-se** como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração **essencialmente** constitucional – **e ante o regime de direito estrito** a que se acha submetida –, **não comporta a possibilidade** de ser estendida a situações **que extravasem** os rígidos limites fixados, em “*numerus clausus*”, **pelo rol exaustivo** inscrito no art. 102, I, da Carta Política, **consoante adverte** a doutrina (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, “Comentários à Constituição Brasileira de 1988”, vol. 2/217, 1992, Saraiva) **e proclama**

AO 2339 / DF

a jurisprudência desta própria Corte (RTJ 43/129 – RTJ 44/563 – RTJ 50/72 – RTJ 53/776):

“A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – CUJOS FUNDAMENTOS REPOUSAM NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – SUBMETE-SE A REGIME DE DIREITO ESTRITO

– A competência originária do Supremo Tribunal Federal, por qualificar-se como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração essencialmente constitucional – e ante o regime de direito estrito a que se acha submetida –, não comporta a possibilidade de ser estendida a situações que extravasem os limites fixados, em ‘numerus clausus’, pelo rol exaustivo inscrito no art. 102, I, da Constituição da República. Precedentes.

O regime de direito estrito a que se submete a definição dessa competência institucional tem levado o Supremo Tribunal Federal, por efeito da taxatividade do rol constante da Carta Política, a afastar do âmbito de suas atribuições jurisdicionais originárias o processo e o julgamento de causas de natureza civil que não se acham inscritas no texto constitucional (...). Precedentes.”

(RTJ 171/101-102, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

A “ratio” subjacente a esse entendimento, **que acentua o caráter absolutamente estrito** da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, **vincula-se** à necessidade *de inibir indevidas ampliações descaracterizadoras* da esfera de atribuições institucionais desta Suprema Corte, **conforme ressaltou, a propósito do tema em questão**, em voto vencedor, o saudoso Ministro ADALÍCIO NOGUEIRA (RTJ 39/56-59, 57).

Vale acentuar, por relevante, que essa mesma diretriz jurisprudencial **tem sido observada em sucessivos julgamentos** no âmbito desta Corte Suprema **a propósito de questão idêntica** à que ora se examina nesta sede processual (AO 1.743-AgR/DF, Red. p/ o acórdão Min. EDSON FACHIN – AO 1.769-AgR/DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI –

AO 2339 / DF

AO 1.774-AgR/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 2.012-AgR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX – AO 2.362/DE, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, *v.g.*):

“AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO ORIGINÁRIA. MAGISTRADO. AUXÍLIO MORADIA. LOCALIDADE DE DIFÍCIL ACESSO. SIMETRIA COM MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. LC 75/93. CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO EXCLUSIVO DA MAGISTRATURA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO FORMAL DE MAIS DA METADE DOS MEMBROS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCOMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. A instauração de competência originária do Supremo Tribunal Federal com fundamento no art. 102, I, ‘n’, da Constituição Federal depende da existência de interesse (direto ou indireto) da totalidade da magistratura nacional no julgamento da causa e que este não revele pretensão passível de ser repetida por outras carreiras do serviço público. Precedentes: AO 2.126, redator para acórdão Min. Edson Fachin, DJe 9.3.2017; Rcl 16.597, Rel. Min. Teori Zavascki, Dje 19.02.2014.

2. Na espécie, pleiteia-se o pagamento de auxílio-moradia com fundamento no art. 227, VIII, da LC 75/93 e na simetria entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público Federal, em razão do exercício de funções em município classificado pela Portaria-PGR 484/2006 como localidade de difícil acesso.

3. A causa de pedir revela circunstância excepcional que interessa apenas a magistrados lotados em municípios considerados de difícil acesso, e não a toda a magistratura.

Agravo regimental a que se nega provimento.”

(AO 2.059-AgR/PR, Rel. Min. EDSON FACHIN – grifei)

Cabe assinalar, ainda, que o eventual reconhecimento da competência originária do Supremo Tribunal Federal, com fundamento no art. 102, I, “n”, da Constituição da República, para processar e julgar causas cujo objeto envolva **vantagens comuns tanto a magistrados como a**

AO 2339 / DF

servidores públicos em geral culminaria por transformar esta Corte em verdadeiro “forum attractionis” de múltiplas demandas que, na realidade, poderiam (e deveriam) ser resolvidas pelas instâncias judiciárias de primeiro grau, inclusive, a depender do valor da causa, pelos próprios Juizados Especiais Cíveis.

Sendo assim, em face das razões expostas, e acolhendo, ainda, o parecer da douta Procuradoria-Geral da República, não conheço da presente ação originária (RISTE art. 21, § 1º).

Remetam-se, em consequência, estes autos ao Juízo de origem.

Publique-se.

Brasília, 05 de setembro de 2018.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator